

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS AVANÇADO DE VARGINHA

ALDA LÚCIA BARBOSA

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SUA RELAÇÃO COM A
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL: ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DA
MESORREGIÃO SUL/SUDOESTE DE MINAS GERAIS NO PERÍODO 2010 A
2015**

Varginha/MG

2019

ALDA LÚCIA BARBOSA

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SUA RELAÇÃO COM A
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL: ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DA
MESORREGIÃO SUL/SUDOESTE DE MINAS GERAIS NO PERÍODO 2010 A
2015**

Trabalho de Conclusão de PIEPEX
apresentado como parte dos requisitos para
obtenção do grau de Bacharel em Ciência e
Economia pela Universidade Federal de
Alfenas.

Orientador: Vinicius de Souza Moreira.

Varginha/MG

“Não se amoldem ao padrão deste mundo, mas transformem-se pela renovação da sua mente, para que sejam capazes de experimentar e comprovar a boa, agradável e perfeita vontade de Deus”. (Romanos 12)

ALDA LÚCIA BARBOSA

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SUA RELAÇÃO COM A
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL: ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
SUL DE MINAS GERAIS NO PERÍODO 2010 A 2015**

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de PIEPEX apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em:

Prof. Vinicius de Souza Moreira
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Maria Aparecida Curi
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Hugo Ferreira
Universidade Federal de Alfenas

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo relacionar o Desenvolvimento Socioeconômico com a Arrecadação Municipal. Adotou-se como recorte territorial os municípios da região Sul do estado de Minas Gerais e o horizonte de análise compreendeu os anos 2010 a 2015. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura com os principais autores sobre os temas da pesquisa. Fez-se uso de duas variáveis, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal e a Receita Corrente Líquida per capita. A análise foi realizada com base na estatística descritiva e correlação. O principal resultado encontrado foi que o grau de relacionamento entre a arrecadação municipal e o IFDM foi negativo. Por fim, concluiu-se que os resultados possuem uma correlação fraca, não sendo possível estabelecer associação entre as mesmas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Socioeconômico – Arrecadação Municipal – Receita Corrente Líquida - IFDM.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	9
2.1 Ideias gerais sobre o Desenvolvimento Socioeconômico	9
2.2 Arrecadação Municipal: as fontes da Receita	12
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
3.1 Características da Pesquisa	15
3.2 Coleta e Análise dos Dados	15
RESULTADOS E DISCUSSÕES	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o Desenvolvimento Socioeconômico ganhou notoriedade a partir do final do século XX (COSTA; REIS, 2010 *apud* SOUZA, 1999). A importância desse tema pode ser observada devido ao fato de que crescimento econômico não necessariamente promove o desenvolvimento. Nesse sentido, a busca por encontrar uma maneira de medir essas duas variáveis gerou e gera muitos estudos sobre o tema; como o estudo do economista Amartya Sen (2010) que relaciona o desenvolvimento socioeconômico com variáveis múltiplas, temos também o trabalho do Costa Reis (2010) sobre o desenvolvimento socioeconômico no Paraná e o do Rossato (2009) que pelo prisma do tema desenvolveu o seu trabalho sobre as Microrregiões de Minas Gerais. O tema se faz de relevância mundial, pois atualmente todas as nações veem buscando maneiras e formas de sanar problemas como educação, saúde e renda.

A tributação pode ser entendida como o preço que a sociedade, ou seja, os contribuintes, pagam pelo bem comum e pelos serviços que o Estado presta a população. Pode ser entendida, também, como a forma social do tributo, pois através do pagamento dos tributos, o Estado repassa aos municípios este valor que é revertido em assistência para a população. Logo, os tributos são pagos pela parcela da população que arca e contribui com esse gasto (WILLENBRING, 2012).

Diante da importância desse tema, o objetivo do presente trabalho foi analisar o desenvolvimento socioeconômico e sua relação com a arrecadação municipal, dos anos de 2010 a 2015. Buscou-se, nesse sentido, encontrar elementos que mostrem a forma como a arrecadação municipal tem se relacionado com o desenvolvimento socioeconômico, tendo como recorte territorial os 146 municípios da região Sul do estado de Minas Gerais. Como fonte de pesquisa foram utilizados dados do Sistema Firjan e do Tesouro Nacional.

O presente trabalho está dividido em cinco seções, além desta introdução que busca colocar o leitor a par das principais ideias do trabalho. Na revisão de literatura foi estudada a ideia de desenvolvimento socioeconômico a partir dos olhares dos autores Amartya Sen (2010), Costa e Reis (2010) e Rosado, Rossato e Lima (2009). Na terceira seção foi apresentada a forma como o trabalho foi realizado e seus procedimentos. Na seção quatro e cinco apresenta-se os resultados da pesquisa e suas devidas conclusões. E por fim suas referências e o material consultado para o presente trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Ideias gerais sobre o Desenvolvimento Socioeconômico

A principal característica do desenvolvimento socioeconômico é o crescimento da renda acompanhado da melhoria no nível qualidade de vida da população. Os índices mais utilizados pela literatura especializada são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a renda per capita que são importantes indicadores do nível de crescimento de um país/região (ROSADO; ROSSATO; LIMA, 2009).

Nesse sentido, a maioria dos estudos sobre a referida temática se concentra nos índices IDH e renda per capita, afirmando que quando as necessidades de renda das famílias/individuais são preenchidas, as necessidades habitacional, sanitária e educacional são eliminadas naturalmente, à medida que a renda cresce (ROSADO; ROSSATO; LIMA, 2009).

Embora a renda seja uma variável importante, não podemos deixar de mencionar que outros aspectos associados à qualidade de vida devem e merecem ser inseridos na discussão. Pode-se colocar “no mesmo nível de renda, o acesso diferenciado a serviços públicos determina situações completamente distintas das condições de sobrevivência das famílias pobres” (ROSADO; ROSSATO; LIMA, 2009, p. 2). Nesse sentido, tendo em vista as ideias de Sen (2000), entende-se que o desenvolvimento possui caráter multidimensional, pois abrange dimensões para além da renda, como saneamento básico, educação, saúde, emprego, industrialização, produção, cultura, dentre outras, que visam proporcionar o melhor bem-estar à população.

A notoriedade do tema desenvolvimento socioeconômico despontou no final do século XX, pois antes disso buscava-se agregar e aumentar o crescimento econômico das nações, deixando-se de lado o bem-estar das populações (COSTA; REIS, 2010 *apud* SOUZA, 1999).

De acordo com Costa e Reis (2010, p. 3-4, *apud* JAGUARIBE, 1972).

Crescimento econômico corresponde a um “aumento quantitativo da riqueza ou do produto per capita” e desenvolvimento econômico a “um aperfeiçoamento qualitativo da economia, através da melhor divisão social do trabalho, do emprego, de melhor tecnologia e da melhor utilização dos recursos naturais e do capital”. A partir disso, infere-se que o conceito de desenvolvimento é mais amplo, complexo e multidimensional do que crescimento econômico.

Alguns autores procuraram destacar a importância da ideia de desenvolvimento socioeconômico, pois se trata de um conceito multidimensional e melhor quantifica e qualifica a riqueza de um país/região, pois se utiliza variáveis que mensuram saúde, emprego e renda, por exemplo. Em estudos desta natureza se faz necessário, portanto,

considerar indicadores que refletem “melhorias sociais e econômicas como mais alimentação, melhor atendimento médico e odontológico, educação mais qualificada, mais segurança, e melhor qualidade do meio ambiente (COSTA; REAIS, 2010, p. 3-4 *apud* SOUZA, 1999).

Segundo Costa e Reis (2010, p.13 *apud* Sachs 2004) “os objetivos do desenvolvimento vão além da mera multiplicação da riqueza”. Isso quer dizer, que crescimento econômico é uma condição essencial, mas não única, pois nem sempre crescimento junto é acompanhado do desenvolvimento. Assim, infere-se que “o desenvolvimento depende da maneira como os recursos gerados pelo crescimento econômico são utilizados” (COSTA; REIS, 2010 *apud* Veiga 2006, p. 82-86).

No final do século XX, o tema desenvolvimento socioeconômico foi enriquecido pelo economista Amartya Sen, que defendia a ideia que o desenvolvimento é uma expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam e que, por essa questão, deve-se considerar todo o ambiente e a qualidade de vida das pessoas e suas capacitações (SEN, 2010).

A ideia central do pensamento de Sen está na concepção individual da pessoa humana, seu bem-estar, sua capacidade e sua liberdade. Um questionamento muito importante que Sen faz é sobre riqueza, isto é, se ela é a condição essencial para garantir o bem-estar social das pessoas, uma vez que a sua liberdade e sua capacidade de tomar decisões orientadas em sua vida é o que determina sua capacidade de decisão. E como resposta, o estudioso acredita que apenas a riqueza, sob a óptica econômica, não determina e não garante o bem-estar social das pessoas e que o conceito deve abranger variáveis substantivas e instrumentais (SEN, 2010).

De acordo com Silva (2010), o desenvolvimento é muito mais do que perspectivas de aumento real de desenvolvimento, com o crescimento do produto nacional bruto, aumento das receitas pessoais, industrialização, modernização, progresso tecnológico, é um aumento de liberdade. Para o autor, a liberdade concentra em dois parâmetros: avaliação e eficácia. A avaliação é o processo pelo qual a liberdade pessoal dos indivíduos será aumentada e a eficácia corresponde se essa ação livre está realmente acontecendo (SILVA, 2010).

Baseado nos conceitos de Amartya Sen, Silva descreve (2010) cinco formas de liberdade, que são: 1) liberdade política, que se concentra na livre expressão individual, onde a pessoa gozará de plenos poderes para se expressar seja política ou socialmente onde ela terá pleno direito de exercer a sua liberdade de pensamento; 2) facilidades Econômicas, ou seja, a oportunidade de inserir nos meios de produção e de comércio, é

transitar por esse meio, de trabalhar, produzir e gerar riquezas; 3) acesso a serviços de saúde e educação; 4) Transparência; e 5) Segurança (SILVA, 2010).

Com essas cinco liberdades, as pessoas passam de pacientes para agentes, e assim sendo podem modificar o seu destino e ajudar outras pessoas a fazerem o mesmo, e tendo em seu ambiente de vida as oportunidades necessárias para ajudar a desenvolver o país (SILVA, 2010).

Devido a amplitude do tema desenvolvimento socioeconômico e a sua importância na mensuração dos dados reais da economia no país, foi criado no Brasil, pelo Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que acompanha o desenvolvimento de mais de cinco mil municípios brasileiros, em três grandes áreas: emprego e renda, educação e saúde. Esses dados são formulados com base em estatísticas oficiais do Ministério do Trabalho, da Educação e da Saúde, com a periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional. No cálculo do IFDM, todas as dimensões possuem peso igual. No Quadro 1 detalha-se cada uma das dimensões do Índice.

Quadro 1 – Componentes das Variáveis do IFDM por área de Desenvolvimento.

IFDM		
Emprego e Renda	Educação	Saúde
Variáveis Utilizadas	Variáveis Utilizadas	Variáveis Utilizadas
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de emprego Formal. • Estoque de emprego formal. • Salários médios do emprego formal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de matrícula na educação infantil. • Taxa de abandono. • Taxa de distorção idade-série. • Percentual de docentes com ensino superior. • Médias de horas diárias. • Resultado do IDEB. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de consultas pré-natal. • Óbitos infantis por causas evitáveis. • Óbitos por causas mal definidas.

Fonte: elaboração própria com base em FINJAN (2011).

O índice, assim como o IDH, varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o município e quanto mais perto de 0, menos desenvolvido é (FINJAN, 2011). Com base nessa metodologia, a FIRJAN estipulou a seguinte classificação:

- Municípios com IFDM entre 0 e 0,4 → baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 → desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 → desenvolvimento moderado;
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1 → alto estágio de desenvolvimento;

Na próxima seção do trabalho iremos explicar as principais fontes de receitas dos municípios.

2.2 Arrecadação Municipal: as fontes da Receita

A tributação pode ser entendida como o preço que a sociedade, ou seja, os contribuintes, pagam pelo bem comum e pelos serviços que o Estado presta a população. Pode ser entendida, também, como a forma social do tributo, pois através do pagamento dos tributos, o Estado repassa aos municípios este valor que é revertido em assistência para a população. Logo, os tributos são pagos pela parcela da população que arca e contribui com esse gasto (WILLENBRING, 2012).

O tributo municipal é de fundamental importância para a comunidade local, sendo ele instituído pelo município que também gere seus recursos e pode aplicar da melhor forma que assim decidir. O tributo municipal está mais próximo do contribuinte sendo, portanto, mais aceito. O cidadão pode observar que através do seu imposto, ele é investido em saúde, educação, segurança e lazer. Sendo assim, podemos concluir que este imposto é investido na melhoria da qualidade de vida da população (WILLENBRING, 2012).

A constituição de 1988 foi um marco na história, pois através dela foi dada a autonomia aos municípios para criar e legislar os tributos, gerando assim autonomia e independência. Nesse sentido, os municípios dispõem de seus próprios recursos para atender a população, mas ainda assim devem obedecer às regras dispostas pela carta Magna que dispões das seguintes colocações (Código Tributário, 2012).

De acordo com a atual Constituição, os municípios possuem competência para se auto organizar (autonomia política), elaborar suas próprias leis quanto a competência concorrente (autonomia normativa), administração própria (autonomia administrativa) e a capacidade de tributar naquilo que a Constituição lhe atribuiu a aplicar suas rendas (autonomia financeira) (Código Tributário, 1966)

Assim, todo o exercício de tributação municipal é regido pela Constituição Federal de 1988, visando assim resguardar a coletividade e a sociedade do poder excessivo do Estado.

Outro aspecto importante é a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, de 04 de maio de 2000 (Lei complementar nº 101) que estabelece normas de finanças públicas para a gestão fiscal. Segundo o Artigo 11, os municípios são obrigados a cobrar os tributos de sua competência, bem como gerir e fiscalizar de forma, sob pena de ficarem sem receber as transferências do Estado.

Os recursos públicos adquiridos das taxas e impostos no município são revertidos em melhorias para a educação e saúde são as áreas que, devido a gravidade dos problemas sociais no Brasil exigem grandes recursos. (TRISTÃO, 2003).

De acordo com o Art. 156 da Constituição Federal de 1988, os Municípios podem instituir impostos sobre:

- I – propriedade predial e territorial urbana;
- II – transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, de direitos reais sobre os imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão e a sua aquisição;
- III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no Art. 155, II, definidos em lei complementar.(CF, 2018)

Com isso, os municípios podem instituir somente esses impostos, não podendo criar e instituir outros.

O IPTU é o imposto de maior relevância em termos arrecadatórios, pois todo o proprietário de imóvel predial ou territorial urbano tem que pagar este imposto para o município onde está situado. De acordo com o Código Tributário Nacional, a base do cálculo desse imposto é o valor venal do imóvel, sendo avaliado por uma fiscalização própria de cada prefeitura em que após o término da construção é avaliado o valor do respectivo imóvel.

Já o Imposto sobre Transmissão Inter Vivos é a transmissão de qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza (terreno) ou acessão física (casa, apartamento) de direitos reais sobre imóveis (exceto a hipoteca), bem como cessão de direitos a sua aquisição é o imposto decorrente de acordo entre duas partes.

O Imposto e Mercadorias e Serviços contempla 101 casos de prestação de serviços que incidirá o ISS e que poderão ser tributados pelo município o cálculo desse imposto é feito pelo valor do serviço prestado, podendo ter alíquotas fixas ou variáveis, sendo cada uma aplicada á atividade específica. O prestador do serviço pode ser pessoa jurídica ou física.

Há também a espécie tributária que poderá ser cobrada pelo município que são as taxas, que está ligada a um serviço prestado ou a disposição do contribuinte. Desta forma, é essencial para a cobrança desse tributo que o município esteja prestando um serviço ao particular. As taxas cobradas pelo município devem constar em Lei Municipal.

A base de cálculo das taxas é o valor do serviço. Onde podemos citar algumas principais taxas que são: coleta de lixo, taxa de conservação de vias e logradouros, taxa de licença para construção, taxa de localização e funcionamento, taxas de alvará; entre outras.

Além dos tributos, compõem as fontes de receita municipal as transferências. O governo federal destina aos municípios uma fatia do bolo dos impostos arrecadados. As transferências da União aos Municípios são: (1) FPM - Fundo de Participação dos

Municípios é o fundo de maior recurso para os pequenos municípios. É constituído por 23,5% da arrecadação dos Impostos sobre a Renda (IR) e sobre os produtos industrializados (IPI) é distribuído aos municípios de acordo com a população; (2) ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural é repassado aos municípios a partir de 2008 100% do valor arrecadado relativo aos imóveis situados na área rural; (3) IOF - Imposto sobre Operações Financeiras sobre o Ouro quando o ativo financeiro onde a União repassa 70% do imposto arrecadado aos municípios produtores de Ouro; (4) ICMS-ES. Ex.: a União repassa ao Estado 75% do valor de impostos como compensação a perda do município ao ICMS de produtos primários e secundários e semi faturados remetidos ao exterior e este repassa aos municípios; (5) FEP - Fundo Especial do Petróleo (Royalties) recursos repassados pela União em função da extração de Petróleo.

Tendo em vista as fontes de receita municipal, uma importante variável é utilizada para mensuração: a receita correta líquida (RCL). A receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. Foi definida em 1995 pelo Art. 169 (TESOURO NACIONAL, 2019) que regula os gastos com o Pessoal. Dentro dessa receita há também as deduções dos estados, municípios e União (Quadro 2).

Quadro 2 – Principais Deduções Legais da União, Estados e Municípios.

União	Estados	Municípios
Transferências Constitucionais e Legais Efetuadas.	Transferências Constitucionais e Legais Efetuadas.	Contribuições do servidor recebidas para o RPPS.
Contribuições do Servidor e Militar Recebidas para o RPPS.	Contribuições do Servidor e Militar Recebidas para o RPPS.	
Receita Recebida de Compensação entre Regimes de Previdência.	Receita Recebida de Compensação entre Regimes de Previdência.	Receita Recebida de compensação entre regimes de Previdência.
Valores Pagos FUNDEB.	Valores Pagos ao FUNDEB.	Valores Pagos ao FUNDEB.
Contribuições para RGPS.		
Valores recebidos PIS/PASEP.		

Fonte: Tesouro Nacional.

Na tabela foi colocado como é feita as deduções para se chegar ao valor final da RCL, nos municípios, estados e União.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Características da Pesquisa

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva e de natureza quantitativa. Para atingir o objetivo da pesquisa foi realizado, também, o levantamento de dados secundários.

Os dados secundários são aqueles que já foram coletados por outros levantamentos e encontram-se tabulados, ordenados e a disposição dos interessados.

3.2 Coleta e Análise dos Dados

Foram analisados dados dos 146 municípios da mesorregião sul do estado de Minas Gerais, que estão elencados em anexo no presente trabalho. Dados estes que foram analisados dos anos de 2010-2015, devido a disponibilidade de dados disponíveis durante a coleta da pesquisa que ocorreu em Maio/2019.

As variáveis coletadas foram o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) que analisa o desenvolvimento de mais de cinco mil municípios no Brasil em três grandes áreas: emprego e renda, educação e saúde com dados e estatísticas oficiais, os dados são disponibilizados no site . Foi coletada, também, a RCL per capita dos municípios, sendo a Receita Corrente Líquida o saldo de toda a arrecadação municipal menos as deduções próprias dos municípios dividida pela população (TESOURO NACIONAL, 2019).

Para fins de análise, no presente trabalho foi utilizada a estatística descritiva que envolve a organização, sumarização e descrição de dados o que foi feito na intenção de apreciar os dados e construir as tabelas para a compreensão dos dados a serem estudados e analisados (PROCÓPIO, s.d.). As técnicas utilizadas foram mínimo, máximo e amplitude dos dados. Além disso, aplicou-se a correlação entre as duas variáveis quantitativas, de forma a medir o grau de relacionamento entre elas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Busca-se, portanto, com os resultados da pesquisa verificar se o IFDM vem aumentando ou diminuindo entre os municípios estudados e também a arrecadação municipal de tais municípios, como observa-se na Tabela 1.

Tabela 1 – Resumo Média dos 146 Municípios

Índices	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RCLPC	R\$ 1.494,36	R\$ 1.741,62	R\$ 1.855,59	R\$ 1.971,55	R\$ 2.157,12	R\$ 2.225,49
IFDM	0,7119	0,7210	0,7373	0,7373	0,7293	0,7008

Fonte: resultados da pesquisa.

Como se pode notar, a média da Receita Corrente Líquida per capita vem aumentando ao longo do período estudado, principalmente entre o ano de 2010 e 2011, onde o aumento foi de 16%, um aumento significativo comparado aos anos seguintes. Caso a RCL fosse distribuída a toda população, nota-se que o valor médio oscilou em 49% ao considerar a comparação entre o ano inicial e final da análise.

Já o IFDM apresentou aumento de 2010 a 2012, entretanto no ano de 2013 ficou constante em relação ao ano de 2012. Já em 2014, ocorreu uma leve queda de 1% em relação ao ano anterior. Em 2015, novamente ocorreu uma queda, no valor de 4%.

Na Tabela 2, buscou-se verificar o menor valor de RCL per capita de todos os municípios do Sul de Minas Gerais, entre os anos de 2010-2015.

Tabela 2 – Resumo Mínimo – RCL per capita

Ano	RCL per capita	Município
2010	R\$ 915,21	Campos Gerais
2011	R\$ 1.047,15	Campos Gerais
2012	R\$ 1.157,01	Campos Gerais
2013	R\$ 1.276,67	Campestre
2014	R\$ 1.409,70	Campos Gerais
2015	R\$ 1.378,92	Campos Gerais

Fonte: resultados da pesquisa.

Conforme Tabela 2, a menor RCL per capita, entre os anos de 2010 a 2012, foi a cidade de Campos Gerais. No ano de 2013 foi a cidade de Campestre. Porém Campos Gerais volta a ter a menor arrecadação em 2014 e se manteve em 2015. Com isso, pode-se destacar que, em termos de comparação, Campos Gerais apresentou, na maior parte do horizonte temporal, a menor arrecadação dentre os municípios.

Na Tabela 3, apresenta-se os resultados dos menores IFDM registrados a cada ano estudado.

Tabela 3 – Resumo Mínimo – IFDM

Ano	IFDM	Município
2010	0,5112	Bocaina de Minas
2011	0,5106	Bocaina de Minas
2012	0,5573	Liberdade
2013	0,5984	Wenceslau Braz
2014	0,5611	Liberdade
2015	0,5656	Liberdade

Fonte: resultados da pesquisa.

Como podemos verificar, todos os municípios que apresentaram os menores resultados se enquadram em estágio regular de desenvolvimento socioeconômico, pois seus valores estão compreendidos entre 0,4 e 0,6. Como resultado, Bocaina de Minas teve o menor IFDM dois anos consecutivos (2010 e 2011). Já Liberdade alcançou esse valor em 2012, seguido da cidade de Wenceslau Braz. Entretanto, Liberdade voltou a ter o menor índice de 2014 a 2015.

Na Tabela 4, verifica-se os maiores valores de RCL per capita quando comparados todos os municípios da região Sul de Minas Gerais entre os anos de 2010 a 2015.

Tabela 4 – Resumo Máximo – RCL per capita

Ano	RCL per capita	Município
2010	R\$ 3.764,83	Fortaleza de Minas
2011	R\$ 4.013,81	Seritinga
2012	R\$ 4.271,25	Senador José Bento
2013	R\$ 4.558,26	Senador José Bento
2014	R\$ 4.931,24	Senador José Bento
2015	R\$ 5.250,13	Senador José Bento

Fonte: resultados da pesquisa.

A Receita Corrente Líquida per capita, é o valor arrecado pelo município dividido por sua população total. De os municípios analisados a maior receita no ano de 2010 foi da cidade de Fortaleza de Minas, seguido em 2011 por Seritinga. Do ano de 2012 a 2015, a cidade de Senador José Bento teve a maior arrecadação per capita dentre os municípios estudados.

Na Tabela 5 mostra-se qual foi o maior IFDM de todos os municípios analisados em cada ano.

Tabela 5 – Resumo Máximo – IFDM

Ano	IFDM	Município
2010	0,8655	Guaxupé
2011	0,8718	Santa Rita do Sapucaí
2012	0,8887	Extrema
2013	0,9226	Extrema
2014	0,8949	Extrema
2015	0,8267	Extrema

Fonte: resultados da pesquisa.

O resultado máximo do IFDM nos mostra que os resultados estão compreendidos entre os valores de 0,8 e 1 isso indica que esses municípios estão em alto estágio de desenvolvimento. No ano de 2010, Guaxupé alcançou o maior índice, seguido de Santa Rita do Sapucaí em 2011. O resultado que mais se destaca é da cidade de Extrema que do ano de 2012 a 2015 se manteve maior que todos os municípios estudados, se mostrando um município que apresenta boas qualidades de emprego e renda, saúde e educação.

Na Tabela 6, apresenta-se a amplitude dos indicadores, ou seja, a diferença entre o maior e menor valor de todo o conjunto de dados analisados, em cada ano.

Tabela 6 – Amplitude dos Indicadores

Índices	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RCLPC	R\$ 2.849,62	R\$ 2.966,66	R\$ 3.114,24	R\$ 3.281,59	R\$ 3.521,54	R\$ 3.871,21
IFDM	0,3543	0,3612	0,3314	0,3242	0,3338	0,2611

Fonte: resultados da pesquisa.

O resultado evidencia que a diferença entre as maiores e menores RCL per capita vem aumentando de 2010 a 2015 continuamente e isso indica que a discrepância de arrecadação entre os municípios vê aumentando.

Já o IFDM, no ano de 2011 teve um aumento em relação a 2010, mas entre os anos de 2012 a 2015 vem oscilando entre aumentos e quedas entre a amplitude de desenvolvimento socioeconômico. O destaque vai para 2015, que mostra uma redução da amplitude, isto é, na desigualdade entre os municípios.

Por fim, na tabela 7, verifica-se a correlação entre as duas variáveis estudadas.

Tabela 7 – Correlação entre os Indicadores

Correlação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RCLPC x IFDM	-0,1297	-0,1590	-0,1439	-0,1456	-0,0563	-0,0526

Fonte: resultados da pesquisa.

O resultado nos mostra que o grau de relacionamento entre elas entre a RCL per capita e o IFDM, foi negativo em todos os anos de análise. Ou seja, existe uma correlação fraca entre as variáveis não sendo possível estabelecer resultado/associação. A maior correlação negativa foi em 2011, grau que reduziu sensivelmente até 2015. Ao considerar o ano inicial da análise e o final, a variação percentual foi de - 59%, reforçando o comentário anterior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo, o tema desenvolvimento socioeconômico vem sendo alvo de estudos e análises a partir da percepção da diferença de desenvolvimento e crescimento econômico.

Tendo em vista este cenário, o objetivo do presente trabalho foi verificar qual a relação entre a arrecadação municipal (aqui representada pela RCL per capita) e o desenvolvimento socioeconômico (a partir do IFDM). Para tanto, escolheu-se os municípios do Sul de Minas Gerais, coletando-se dados entre 2010 e 2015. O resultado foi negativo, ou seja, as variáveis possuem entre si uma correlação fraca não sendo possível estabelecer uma associação entre as mesmas.

Este comportamento observado chama atenção para explorar os porquês desta associação inversa. A expectativa inicial era de correlação positiva, entendendo que a arrecadação municipal tem como possibilidade a promoção do desenvolvimento socioeconômico local, haja vista o papel o retorno destes valores em políticas públicas e ações propostas pelo Estado.

Como limitações, há o fato de não ter disponibilidade de dados do IFDM para período superior a 2015. Além disso, a pesquisa utilizou apenas duas variáveis para mensurar isso.

Como ideia futura para pesquisa e entender ainda mais a fundo o tema, faz-se necessário estudar como municípios desenvolvidos veem conquistando essa posição. E também com um trabalho ainda mais aprofundado utilizando outras e mais variáveis para medir a relação entre desenvolvimento socioeconômico e arrecadação municipal.

REFERÊNCIAS

Código Tributário Nacional, 8º edição. São Paulo: Saraiva 1966.

Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília 1988.

COSTA, I. S.; REIS, P.R.C. Análise das Microrregiões do Paraná Quanto ao Nível de Desenvolvimento Socioeconômico. **XXXIV Encontro da Anpad**. Pág. 1-17, 25 a 29 de Setembro de 2010, Rio de Janeiro, RJ.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Firjan). Índice Firjan de desenvolvimento municipal, Firjan 2011.

PROCÓPIO, M. L. Metodologia de Estudo e de pesquisa em Administração, UAB, s.d.

ROSADO, P.L; ROSSATO, M.V; LIMA, J. E. Análise do Desenvolvimento Socioeconômico das Microrregiões de Minas Gerais. **Revista Econômica do Nordeste**. V.40, nº2, pág. 297-310, Abril/Junho de 2009.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, J.O.C. Desenvolvimento como liberdade, Amtya Sen. Faculdade de Economia do Porto, Programa de Doutorado.

TESOURO NACIONAL. Disponível em

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/410415/Modulo09_balancoorcamentarioRCL/61ed6a91-56b5-411f-a75c-62be68a8870e. Acesso em 12/06/2019.

TRISTÃO, J. A. M. A Administração tributária dos municípios brasileiros: Uma avaliação do desempenho da arrecadação. São Paulo, 2003.

WILLENBRING, M. Tributos Municipais: uma análise do perfil da receita no município de São Francisco de Paula, RD. Porto Alegre, 2012.

ANEXO I – Municípios do Sul de Minas Gerais

Aiuruoca	Extrema	São Lourenço
Alagoa	Fama	São Pedro da União
Albertina	Fortaleza de Minas	São Sebastião da Bela Vista
Alfenas	Gonçalves	São Sebastião do Paraíso
Alpinópolis	Guapé	São Sebastião do Rio Verde
Alterosa	Guaranésia	São Tomás de Aquino
Andradas	Guaxupé	São Tomé das Letras
Andrelândia	Heliódora	São Vicente de Minas
Arantina	Ibiraci	Sapucai Mirim
Arceburgo	Ibitiúra de Minas	Senador Amaral
Areado	Ilicínea	Senador José Bento
Baependi	Inconfidentes	Seritinga
Bandeira do Sul	Ipuiúna	Serrania
Boa Esperança	Itajubá	Serranos
Bocaina de Minas	Itamogi	Silvianópolis
Bom Jardim de Minas	Itamonte	Soledade de Minas
Bom Jesus da Penha	Itanhandu	Tocos do Moji
Bom Repouso	Itapeva	Toledo
Borda da Mata	Itaú de Minas	Três Corações
Botelhos	Jacuí	Três Pontas
Brazópolis	Jacutinga	Turvolândia
Bueno Brandão	Jesuânia	Varginha
Cabo Verde	Juruáia	Virgínia
Cachoeira de Minas	Lambari	Wenceslau Braz
Caldas	Liberdade	
Camanducaia	Machado	
Cambuí	Maria da Fé	
Cambuquira	Marmelópolis	
Campanha	Minduri	
Campestre	Monsenhor Paulo	
Campo do Meio	Monte Belo	
Campos Gerais	Monte Santo de Minas	
Capetinga	Monte Sião	
Capitólio	Munhoz	
Careaçu	Muzambinho	
Carmo da Cachoeira	Natércia	
Carmo de Minas	Nova Resende	
Carmo do Rio Claro	Olímpio Noronha	
Carvalhópolis	Ouro Fino	
Carvalhos	Paraguaçu	
Cássia	Paraisópolis	
Caxambu	Passa Quatro	
Claraval	Passa Vinte	
Conceição da Aparecida	Passos	
Conceição das Pedras	Pedralva	
Conceição do Rio Verde	Piranguçu	
Conceição dos Ouros	Piranguinho	
Congonhal	Poço Fundo	
Consolação	Poços de Caldas	
Coqueiral	Pouso Alegre	
Cordislândia	Pouso Alto	
Córrego do Bom Jesus	Pratápolis	
Cristina	Santa Rita de Caldas	
Cruzília	Santa Rita do Sapucaí	
Delfim Moreira	Santana da Vargem	
Delfinópolis	São Bento Abade	
Divisa Nova	São Gonçalo do Sapucaí	
Dom Viçoso	São João Batista do Glória	
Elói Mendes	São João da Mata	
Espírito Santo do Dourado	São José da Barra	
Estiva	São José do Alegre	